

Avanços para aumentar a oferta e manejar a escassez hídrica

» LINEU NEIVA RODRIGUES

Pesquisador da Embrapa Cerrados e conselheiro da Rede Nacional da Agricultura Irrigada (Renai)

Em um cenário onde o clima é cada vez mais incerto, a produção de alimentos em agricultura de sequeiro (sem irrigação), se torna mais vulnerável. Nesse contexto, a irrigação destaca-se como uma das principais tecnologias para trazer sustentabilidade e estabilidade à produção de alimentos. O desafio é equilibrar o crescimento da agricultura irrigada com a oferta hídrica, principalmente em bacias hidrográficas onde a disponibilidade hídrica já é baixa.

Passados mais de 20 anos desde a promulgação da Lei nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, ainda persiste o desafio de garantir que os recursos hídricos sejam utilizados de forma sustentável. Com critérios muito restritivos, a outorga tem limitado o acesso à água, limitando o crescimento da agricultura irrigada, o que está criando diferenças sociais no campo e insegurança hídrica para os usuários.

A agricultura irrigada compete diretamente com outros usuários pelo uso da água superficial e/ou subterrânea. É essencial compatibilizar produção de alimento, fibras e energia ao uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos. Para avançar nesse caminho, é importante trabalhar nos fatores que afetam a oferta e a demanda hídrica.

A maior parte dos recursos hídricos ainda continua sendo manejada de maneira fragmentada, desconsiderando relações importantes, como aquela existente entre as águas subterrâneas e superficiais. A alocação da água ganhou impulso com a escassez de água. Os processos de tomada de decisão, por outro lado, estão cada vez mais complexos, com necessidade de decisões mais rápidas, além de depender de análises de quantidade de dados cada vez maiores. Esses fatores aumentam o risco de tomadas de decisão equivocadas. Torna-se, portanto, importante avançar no uso de tecnologias da informação, da comunicação, de big-data e de modelos de inteligência computacional e simulação que possam viabilizar a emissão de alertas e suporte à decisão.

De maneira geral, houve avanços na pesquisa em recursos hídricos, mas essas ações ainda são isoladas e difusas. Ainda existem muitas demandas qualificadas em pesquisa e desenvolvimento que são fundamentais para enfrentar os antigos e os novos desafios de forma a fornecer uma base sólida de conhecimentos indispensáveis para o entendimento integrado da dinâmica da água na bacia hidrográfica.

As soluções na agricultura devem se basear em mecanismos que contribuam para aumentar a oferta hídrica na bacia hidrográfica, como os sistemas de conservação

do solo, que estão em constante adaptação e evolução. Esses sistemas são os que apresentam o maior potencial de contribuir para os recursos hídricos em termos de sua qualidade e quantidade.

Analisando aspectos da demanda hídrica, estima-se que cerca de 80% da produção adicional de alimento, necessária para atender as demandas futuras, serão provenientes de áreas irrigadas. Assim, é cada vez mais importante melhorar a eficiência de uso da água na irrigação, como melhorar o manejo do sistema, desenvolver técnicas de gerenciamento da demanda e desenvolver culturas mais resistentes ao estresse hídrico.

O efeito das mudanças climáticas no ciclo hidrológico ainda é incerto. No Brasil, há cenários que projetam mais chuvas em algumas regiões, enquanto outros demonstram o oposto. É importante compreender melhor como e em que magnitude as mudanças climáticas afetam os processos hidrológicos e os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos

hídricos nas diferentes regiões brasileiras.

Uma avaliação das ações prioritárias e dos desafios a enfrentar, indicam que os avanços necessários para o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada devem ser feitos com políticas de Estado e não de governo. Além disso, devem ser conduzidas de maneira integrada, sem perder de vista as demandas atuais da sociedade.

Nesse contexto, ganha importância a estruturação de programas efetivos de comunicação para o estabelecimento de estratégia abrangente e integradora para se enfrentar os vários problemas relacionados ao uso da água na agricultura.

Os avanços necessários para manejar o aumento da escassez hídrica e outros problemas emergentes dependerão fortemente da constituição de bases de conhecimento, de novas tecnologias, de estratégias de manejo e, certamente, de políticas públicas que tragam para o irrigante segurança ambiental, hídrica, energética e jurídica.

Rastreabilidade na produção de alimentos precisa incluir pequeno produtor

» CLÁUDIA BUZZETTE CALAIS

Diretora-executiva da Fundação Bunge

No espaço de algumas décadas, o Brasil deixou de ser um país importador de alimentos para se tornar o maior exportador global, além de terceiro maior produtor do mundo. Essa transformação tem a ver com nossas vantagens geográficas, que permitem culturas de todos os tipos e em todas as regiões do país, com investimentos massivos em tecnologia para o aumento da produtividade, mas também com confiança: o agro brasileiro tem penetração mundial porque todos confiam na qualidade e procedência de nossos grãos, proteínas, biocombustíveis, frutas e demais produtos primários.

Defender o protagonismo brasileiro no mercado global passa, portanto, pela proteção e ampliação dessa confiança. Daí a importância de ferramentas cada vez mais eficientes de rastreabilidade na cadeia produtiva dos alimentos.

A questão é vital para a balança comercial do agro, sobretudo quando falamos de exportações para a União Europeia, um mercado relevante que tem adotado critérios cada vez mais rígidos de sustentabilidade e controle de procedência. Cerca de 14% de nossas exportações de soja em 2023, por exemplo, foram para a Europa, gerando receitas na casa dos US\$ 10 bilhões. Descuidar dos atestados de origem da commodity equivaleria a abrir mão desse mercado.

Note-se, porém, que a rastreabilidade não deve ser encarada como simples garantia de acesso a mercados lucrativos — algo protocolar, “para inglês ver”, cuja função central é assegurar o escoamento da nossa produção agropecuária —, mas como uma ferramenta, entre muitas outras, de promoção de uma agricultura brasileira sustentável e inclusiva, onde a produção de larga escala, da agricultura familiar e a preservação praticada pelos povos originários tenham a mesma importância.

Certificados podem atestar que um produto atende a padrões internacionais de qualidade, que os insumos usados não trazem riscos à saúde ou ao meio ambiente, que não há violações trabalhistas nessa cadeia, que a produção não se deu em área de desmatamento, que resíduos foram descartados corretamente, mas não podem, sozinhos, resolver tais problemas. Isso passa por medidas que vão da fiscalização eficiente até a conscientização de cada stakeholder — é a conscientização da sociedade, afinal, que estimula critérios mais rigorosos de vigilância. Em outras palavras, rastreabilidade não é uma panaceia, mas é medida obrigatória para garantir a sustentabilidade de uma cadeia produtiva.

Isso significa que o Brasil tem grandes desafios pela frente. Um deles é fazer com que diferentes bases de dados conversem entre si. Nossos sistemas atuais de monitoramento ambiental e agropecuário variam a depender do estado e do bioma; variam também entre sistemas públicos e privados. Não há como melhorar a rastreabilidade da nossa produção sem integrar essas informações, especialmente quando levamos em conta as possibilidades abertas pela inteligência artificial para a análise de dados.

Outro desafio é o da infraestrutura. Rastreabilidade não avança sem transferências tecnológicas e, principalmente, sem desenvolvermos soluções próprias, o que exige investimento nas nossas instituições de pesquisa. Capacidade técnica e capital humano nós temos, basta haver também financiamento à altura. Ademais, as soluções precisam chegar, de fato, a cada ponto da cadeia produtiva de grandes e pequenos. Rastreabilidade eficiente depende de monitoramento geoespacial e conectividade, sendo que apenas 30% da área agrícola nacional tem cobertura de internet.

Por fim, é preciso cuidado para que o rigor com a cadeia de custódia do produto agrícola não se torne ferramenta de exclusão. Os pequenos e médios produtores não têm condições materiais, tampouco conhecimento técnico para atender aos mesmos critérios de gerenciamento de uma grande agroindústria. Exigências de rastreabilidade precisam ser moduladas de acordo com as condições concretas de cada produtor — quando falamos em sustentabilidade, afinal, não podemos nos esquecer de sua dimensão social.

Por outro lado, é preciso dar condições para que esse pequeno agricultor ou pecuarista se enquadre em processos cada vez mais completos de rastreabilidade, tanto pela via da infraestrutura (e do crédito) quando pela via da capacitação. Critérios irreais de certificação, ainda que bem-intencionados, podem excluir do mercado produtores menores, o que vai na contramão da meta de garantia da segurança alimentar do país, já que são esses produtores os responsáveis pela maior parte do que chega à nossa mesa.

Ao fim e ao cabo, fortalecer a rastreabilidade na produção brasileira de alimentos depende de uma mudança de perspectiva. Trata-se de compreender que aumentar a integridade das informações de cada etapa dessas cadeias produtivas não representa um gasto, mas um investimento. Rastreabilidade agrega valor ao produto nacional, dá credibilidade ao país e abre mercados. Como quase sempre é o caso, investir na sustentabilidade ambiental e social de um setor contribui, também, para sua sustentabilidade econômica.



30 anos em favor da saúde e da criação de empregos

» BRENO MONTEIRO

Presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde)

No mês em que o setor privado de assistência à saúde alcançou a marca de 3 milhões de empregos com carteira assinada, a Confederação Nacional da Saúde (CNSaúde), que representa milhares de estabelecimentos de saúde em todo o país, completa agora 30 anos de existência.

Desde a sua fundação, a CNSaúde sempre buscou se colocar como interlocutora e permanente colaboradora na busca de soluções aos desafios colocados para o setor. Reforma tributária, questões trabalhistas, como o piso nacional da enfermagem, crise sanitária na pandemia da covid-19, aperfeiçoamento da legislação e das normas na saúde suplementar e relacionamento com o SUS, são alguns dos grandes temas em que a voz da entidade se fez presente. Atuando em defesa da qualidade assistencial e da sustentabilidade da saúde suplementar, a entidade representa oito Federações, 90 sindicatos patronais e os mais de 6 mil hospitais, laboratórios e clínicas privados, lucrativos ou beneficentes, que constituem, ao lado do SUS, um dos pilares do sistema nacional de assistência.

No recente processo de discussão da reforma tributária, ainda em andamento, a CNSaúde, em aliança com outras entidades da saúde, contribuiu para que os legisladores estabelecessem um critério de neutralidade na tributação do setor, fixado em 40% da alíquota padrão dos novos impostos sobre o consumo. Graças a isso, no processo de transição para o novo sistema, os serviços de saúde não sofrerão aumento na carga tributária,

o que inevitavelmente acabaria por onerar os consumidores, aumentar a inflação da saúde e por dificultar o acesso da população à assistência médico-hospitalar privada.

A CNSaúde foi responsável também pela interlocução com o Congresso Nacional e com o Supremo Tribunal Federal no debate sobre a aplicação da Lei nº 14.434, que instituiu o piso nacional da enfermagem. Sem jamais desmerecer a importância do trabalho dos enfermeiros, técnicos, auxiliares e parteiras, a entidade alertou para a dificuldade de implantação do piso nacional único, em especial para as entidades beneficentes, para os pequenos e médios estabelecimentos e nas regiões economicamente mais frágeis. O impacto financeiro do piso trazia o risco de fechamento de hospitais e leitos e de demissões em massa. Após um longo processo de discussão, prevaleceu a ideia de que a adoção do piso ficaria submetida às negociações regionais, o que contribuiu para preservar os empregos na saúde e evitar que o setor afundasse em uma crise financeira. O acerto dessa mudança pode ser avaliado agora pelo crescimento do número de empregos no setor. Nos últimos 12 meses, o número de trabalhadores da saúde com carteira assinada cresceu 4,52% e chegou a 3.014.916, de acordo com dados do Caged.

Durante a pandemia da covid-19, a CNSaúde atuou como um facilitador das relações entre os prestadores privados de serviços de saúde e as autoridades para ampliar a oferta de leitos de internação e alertar para a falta de materiais e equipamentos.

Frutos dessa parceria foram os hospitais de campanha inteira ou parcialmente financiados, construídos, equipados e operados pelas empresas da saúde privada. Somados esses investimentos às doações de equipamentos e insumos, o setor privado contribuiu com cerca de R\$ 1 bilhão para o combate à covid-19.

O relevo cada vez maior do papel desempenhado pela CNSaúde, desde sua constituição em 1994, expressa a crescente importância do setor de saúde privada. Ao longo dos 30 anos de existência da Confederação, a participação da saúde na economia nacional dobrou, passando a representar cerca de 10% do PIB. As atividades relacionadas à saúde, por sua vez, hoje, representam cerca de 8% do total de ocupações no país.

Esse crescimento vertiginoso teve enorme impulso do setor privado, que, à força de muito investimento e trabalho, tem se mobilizado para atender a essa demanda da população por padrões cada vez melhores de assistência. Os desafios, entretanto, são igualmente grandes. É preciso assegurar à iniciativa privada ambiente atrativo para os investimentos; é preciso aperfeiçoar leis e regulações em favor da segurança jurídica dos contratos; é preciso evoluir nos modelos de assistência, de forma a oferecer melhor qualidade e maior acesso da população aos serviços. Contribuir para esse desenvolvimento, como porta-voz desses anseios do setor privado da saúde, é a missão que a CNSaúde seguirá desempenhando com orgulho e determinação.